



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10072 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

Corporeidades generificadas e Educação Física escolar: afetos para uma infância múltipla

Thais Adriane Vieira de Matos - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Claudia Madruga Cunha - UFPR - Universidade Federal do Paraná

CORPOREIDADES GENERIFICADAS E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: AFETOS PARA UMA INFÂNCIA MÚLTIPLA

Inspiradas pela questão espinosista: O que pode o corpo? Este ensaio dá a pensar sobre: O que pode o corpo infantil na Educação Física (EF), quando o pensamento afirmativo e não identitário da diferença nos permite perceber corporeidades singulares e possíveis experiências do múltiplo no ensino básico? Esta abordagem toma a EF como área do conhecimento escolar, apoiando-se nos Estudos de Gênero Pós-estruturalistas, vinculados a obra de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, além de suas leitoras. Tal pesquisa de doutorado em desenvolvimento remonta a metodologia cartográfica e organiza três movimentos, são eles: *localizar* em ambiente escolar específico os limites impostos por uma política do corpo sob a ideia de diversidade de gênero e sexual; *pontuar* delineamentos propostos para uma educação do corpo infantil nas políticas de inclusão educacionais; e, um último, *demarcar* ações que venham a rupturar a lógica identitária e normativa nas aulas de EF, diluindo a representação das corporeidades generificadas pela mobilização de afetos que implicam outros modos de ser. Antecipa-se que a generificação não cessa de ser produzida e se faz em processos vindos de espaços normativos. Entretanto, a sensibilização para as linguagens das infâncias tende a criar corporeidades outras.

Palavras-chave: Corporeidades infantis; Educação Física; Gênero; Filosofias da Diferença.

Aproximando a Educação Física (EF) escolar dos Estudos de Gênero pós-estruturalistas, assim como das Filosofias da Diferença de Michel Foucault (2010), Gilles Deleuze (2002) e desse último junto a Félix Guattari (2012), este ensaio recorta dados de uma pesquisa[1] que problematiza: O que pode o corpo infantil na Educação Física (EF), quando o pensamento afirmativo e não identitário da diferença nos permite perceber corporeidades singulares e possíveis experiências do múltiplo no ensino básico? Que lugar o corpo infantil ocupa na escola diante da ideia de diversidade? O que pode o corpo na EF, a partir de uma Filosofia da Diferença?

A problemática evidencia que a leitura dos corpos enquadrados como “diversos”, numa *política do corpo* (PIERUCCI, 2013), opera na tentativa de valorizar e incluir na escola as corporeidades historicamente marginalizadas, fazendo uso do mesmo processo

diferenciador e identificador crivado por uma norma, produzida na linguagem, a qual transpassa como de ordem natural/biológica ou como apropriação cultural. É dessa ordem primária e pretensamente insuperável, quando se trata do gênero e da sexualidade, que demarcamos a partir da *matriz de inteligibilidade* heteronormativa (BUTLER, 2016), um lugar de investigação.

A EF e as Artes foram tornadas facultativas no ensino médio após a reforma de 2016. Essa aspiração corrente no governo ex-interino visa abolir o potencial educativo/subversivo que se forja junto a experimentações práticas e atividades de expressão de pensamento que podem vir a ser desenvolvidas em uma EF alinhada as filosofias que atualizaram as concepções contemporâneas sobre o corpo. Tal manobra política de reorganização da educação básica age também sobre os corpos infantis, quando limita suas possibilidades de acesso ao conhecimento e pode ser interrogada junto à noção de dispositivo de Michel Foucault (2015), e a definição deleuziana-guattariana de agenciamento. Do agenciamento podemos dizer que há

uma abolição organizada do corpo e das coordenadas corporais pelas quais passavam as semióticas plurívocas ou multidimensionais. Os corpos serão disciplinados, a corporeidade será desfeita, promover-se-á a caça aos devires animais, levar-se-á a desterritorialização a um novo limiar, já que se saltará dos estratos orgânicos aos estratos de significância e de subjetividade. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 54).

O controle dos corpos infantis em fase de escolarização vem sendo alargado, não apenas no sentido individual de uma *anatomopolítica*, desde o séc. XVIII, prática denunciada pela noção foucaultiana de *biopoder*. Essa orquestração arbitrária de forças subjetivas que se desdobram da norma “[...] conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra.” (FOUCAULT, 2010, p. 213).

Por isso, num ato resistente de escrita, as autoras deste breve ensaio se veem provocadas pela questão espinosista: “O que pode o corpo?” – resgatada por Gilles Deleuze (2002). Essa pergunta foi direcionada ao território da escola básica e pública e se volta as corporeidades infantis nas aulas de EF – ofertadas para crianças de 6 a 10 anos de idade, nas práticas de ensino~aprendizagem baseadas em diretrizes curriculares que se referem aos anos iniciais do ensino fundamental. Perguntar pela potência do corpo infantil, que nesse momento se constitui como alvo de um conservadorismo tipicamente brasileiro, diz dos efeitos de um retrocesso, desmonte que tem desmobilizado o que recentemente se alcançou em termos de inclusão social e cultural, através de políticas públicas de educação realizadas pelos governos anteriores e voltadas para a “diversidade”.

Tanto perspectivas conservadoras quanto progressistas compartilham da perspectiva identitária da diversidade, assim, ocorre no primeiro caso a marginalização das corporeidades que desviam das normas estabelecidas para o gênero e a sexualidade e, no segundo caso, foram implementadas políticas públicas específicas para promover a inclusão escolar da população LGBT, que seguiu sendo discriminada negativamente, devido ao processo de in/exclusão (cf. LOPES; FABRIS, 2013; DAL’IGNA, 2013).

Décadas de debate entorno da diversidade tem visado de algum modo minimizar os efeitos negativos dos mecanismos de demarcação da diferença que contam com a leitura prévia dos corpos infantis.

A diversidade é algo vivido, experimentado, percebido, gozado ou sofrido na vida cotidiana: na imediatez do dado sensível ao mesmo tempo que mediante códigos de diferenciação que implicam classificações, organizam avaliações, secretam hierarquizações, desencadeiam subordinações. (PIERRUCI, 2013, p. 33).

O autor nos faz perceber que essas políticas de corte e de controle, trazem como efeito a segregação e a subjetivação de uma ordem que é experimentada corporalmente, como algo inadequado. Espinosa (2009; apud Deleuze, 2002), vai dizer que não existe poder algum na tomada de consciência em si a esse respeito, no entanto “[...] a ideia inadequada não se reflete sem libertar o que nela há de positivo.” (DELEUZE, 2002, p. 67). Esta positividade central da ideia inadequada “[...] pode servir de princípio regulador para um conhecimento do inconsciente, isto é, para uma busca do que podem os corpos, para uma determinação das causas e para a formação de noções comuns”. (DELEUZE, 2002, p. 67).

O que pode ser deslocado da inadequação no que refere a como esses corpos infantis, em fase de escolarização, tecem relações com os espaços da escola, ocupam lugar e se movimentam nas aulas de EF, trazendo para si outras possibilidades para além das restrições que se apresentam e impedem a construção de várias infâncias ou de uma infância múltipla? Pensando nos limites impostos a esse corpo e nos modos possíveis de subvertê-los, apoiamos em Espinosa (2009) que vai dizer que a consciência se banha no inconsciente. Ou seja, o ambiente escolar projeta em seu meio não apenas a replicação de subjetividades esperadas, as diferenças habitam as brechas do “entre” nas quais pequenas mudanças, percepções, acolhimentos, constroem possibilidades para outros corpos e subjetividades, processo de individuação e diferenciação. Propomos, então, uma cartografia no campo da EF escolar, abordando de forma não aplicativa a observação processual do que acontece as corporeidades infantis na escolarização, nos espaços que ocupam, nos contornos de si que criam e nas gestualidades que encontram outras infâncias possíveis. Cartografar para fins de localizar, quer dizer que

[...] liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamento entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos, ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência. (FILHO; TETI, 2013. p. 47).

Qualquer forma de enunciação e comunicação, seja no nível das expressões corporais, seja no nível das manifestações visuais, orais e escritas, podem ser captadas pelo “meio” na cartografia, ao desemaranhar as linhas de como foram são tramadas, para então percorrer os caminhos que elas suscitam enquanto efeitos/dimensões reais, no sentido do controle ou das *práticas de si* próprias das infâncias, que insurgem resistentes a ele. Já que grande parte dos estudos foucaultianos acerca da EF escolar no Brasil, discutem apenas os processos de captura e normalização das corporeidades infantis, partindo da disciplina e da *anatomopolítica*, segundo Santiago Pich e Norma Beatriz Rodrigues (2014).

Quanto a especificidade de relacionar a área da EF com os Estudos de Gênero pós-

estruturalistas, se faz importante evidenciar que muito já foi produzido nesse sentido, entretanto, o que diferencia a abordagem aqui apresentada é tomar o gênero como plano imanente, epistêmico e não como tema, pois são vastas as publicações que partem de uma perspectiva binária e biologizante focalizando “[...] as questões de gênero na EF escolar, especificamente os estereótipos e papéis sexuais e a distribuição dos alunos nas aulas de EF mista e separada por sexo.” (DEVIDE; OSBORNE; SILVA; FERREIRA; CLAIR; NERY, 2011, p. 94).

Essa cartografia propõe três movimentos, ainda em construção, sendo que o primeiro quer *localizar* no ambiente escolar da educação básica os limites impostos por uma política do corpo sob a ideia de diversidade de gênero e sexual; em um segundo momento, concomitante ao primeiro, almeja *pontuar* na leitura de documentos oficiais, os delineamentos proposto pelas políticas de inclusão educacionais; e, em um terceiro e última ação, quer *demarcar* as possibilidades de criar novas metodologias para o ensino da EF baseadas nas Filosofias da Diferença. Propõe uma abordagem pedagógica inspirada na perspectiva deleuziana-guattariana quando insinua práticas outras de ensinar e aprender, que envolvem a desconstrução de uma lógica do ser e a sensibilização dos corpos infantis, através de atividades didáticas que ousam as pequenas rupturas.

A atualidade das políticas educacionais apresenta a EF como forma de expressão e linguagem, ao lado da Língua Portuguesa, Artes e Língua Estrangeira Moderna, dentro da BNCC – Base Nacional Comum Curricular. “Este conhecimento, tendo em vista na Educação Física o se-movimentar, vai além do corpo orgânico propriamente dito. (CALLAI; BECKER; SAWITZKI, 2019, p. 9).” O que já pode ser um sinal para a elaboração de novas propostas educacionais que envolvam a diferença. Didáticas que despertem a percepção de estar no mundo, em manifestação de afetos livres que traduzem as corporeidades infantis, em modos outros de estar e experimentar a vida com o outro.

Por fim, as linguagens desse corpo infantil, suas manifestações podem deslocar a lógica identitária e normativa que costuma acompanhar as rotinas escolares. Acreditamos que esses corpos podem sugerir linguagens próprias, poéticas, que não discriminam nem pressupõe aceitação em bases hierárquicas, pois são em si partilhas de pura diferenciação sem identificação. São o “fora” de uma, “[...] crise do Eu como potência inventiva de singularidades sem face.” (MOSSI, 2015, p. 1546). Indicando deslocamentos imprevisíveis que abalam as violências de gênero, por exemplo, pela própria produção da diferença.

Numa aproximação entre os Estudos de Gênero pós-estruturalistas, as Filosofias da Diferença e as análises pós-críticas, acessamos as corporeidades infantis como planos inconstantes e incompletos sempre abertos a mudanças que podem vir de qualquer lugar, capazes de ser resignificados. Abordamos o corpo infantil enquanto potência singular, não capturado/engessado, *corpo por vir*.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. de Renato Aguiar. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALLAI, Ana Nathalia Almeida; BECKER, Eriques Piccolo; SAWITZKI, Rosalvo Luis. Considerações acerca da Educação Física escolar a partir da BNCC. **Conexões**, Campinas, v. 17, p. 1-16, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. Trad. de Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

____. **Conversações**. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Trad. de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnick. 2.ed. São Paulo: Editora 34, v. 3, 2012.

DEVIDE, Fabiano Pries; OSBORNE, Renata; SILVA, Elza Rosa; FERREIRA, Renato Callado; CLAIR, Emerson Saint; NERY, Luiz Carlos Pessoa. Estudos de Gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 93-103, 2011.

FILHO, Kleber Prado; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2.ed. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. V. 1 2.ed. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MOSSI, Cristian Poletti. Teoria em ato: o que pode e o que aprende um corpo? **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1541-1552, 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

PICH, Santiago; RODRIGUES, Norma Beatriz. Los cuerpos de Foucault: una genealogia de los estudios foucaultianos en el campo académico de la Educación Física en Brasil y en la Argentina. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 3, p.453-467, 2014.

SPINOZA, Benedictus. **Ética/Spinoza**. Trad. de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

[1] Pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.